XV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2023.

Os efeitos do reordenamento global de poder e o projeto estratégico no Atlântico Sul.

Rogério do Nascimento Carvalho.

Cita:

Rogério do Nascimento Carvalho (2023). *Os efeitos do reordenamento global de poder e o projeto estratégico no Atlântico Sul. XV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-025/289

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Os efeitos do reordenamento global de poder e o projeto estratégico no Atlântico Sul

O artigo analisa a mudança geopolítica que se encontra em marcha no mundo atual. O reposicionamento de Rússia e China e demandas econômicas, políticas e militares impõem agendas multilaterais de presença ativa no cenário global atual. No que tange ao Atlântico Sul, a presença de Pequim e Moscou no cenário regional visa questionar o colonialismo presente no arquipélago Malvinas e a inércia da ONU em solucionar a questão de soberania. Ao mesmo tempo, o interesse crescente pela pesquisa na Antártida indica a rota de conflito em futuro próximo ao qual as nações sul-americanas devem se preparar para lidar com interesses antagônicos das potências extrativistas e coloniais. Portanto, o cenário de hegemonia americana está em cheque o que indica a importância crescente da região no mundo que se redesenha a partir da premissa geoeconômica, geopolítica e social do século XXI. A questão central do trabalho é a de expor qual o papel dos países em detrimento da alternância de poder e como estabelecer relações diante desse cenário. O projeto estratégico do Atlântico Sul, para se configurar em zona de paz, precisa não estar adstrito as amarras coloniais e, ao mesmo tempo, encontrar solução definitiva a questão soberana do arquipélago e, ainda, preservar a Antártida como patrimônio da humanidade, bem como o processo de integração regional. São questões que devem ser pensadas em conjunto e não de maneira isolada para permitir a pacificação da região.

Etiquetas: Atlântico Sul, Antártida, Malvinas, Geopolítica, Integração

1. Introdução

O trabalho aborda os reflexos da assunção dos pólos de poder no século XXI que leva ao questionamento hegemônico dos EUA tendo em vista a proeminência de Rússia e China, assim como a disputa de espaços no globo – em especial no Atlântico Sul cujo âmago em questionar a permanência do exercício colonial britânico em possessões além-mar no sul do continente, o que denota a conexão que impulsiona a motivação da disputa soberana do arquipélago Malvinas.

Contextualiza-se, portanto, o artigo em debater as circunstâncias que coadunam a importância estratégica do Atlântico Sul, ao mesmo tempo que se observa movimentos geopolíticos globais cujo reordenamento implicam em valorização dos espaços marítimos do sul do continente americano que se apresenta como fonte potencial de riquezas naturais e alimentar, o que justifica a presença colonial do arquipélago Malvinas por parte do Reino Unido mas, sobretudo, em angariar presença no continente gelado – o que está no encalço

das potências, tendo em vista a escassez de recursos, cujo debate causa *frisson* nas relações internacionais.

Para tanto, o trabalho é composto pelo objetivo geral em verificar quais os impactos que podem ocorrer no reordenamento de poder e, consequentemente, ao apoio argentino à causa Malvinas e como objetivos específicos compreender a visão estratégica das potências do Atlântico Sul e a cobiça pela governança das riquezas naturais e a projeção de poder no continente gelado.

Justifica-se o presente artigo pela relevância do estudo do reordenamento de global de alianças e sua conexão com o pleito argentino. Portanto, o acirramento de interesses na composição do século XXI podem dar novos contornos a disputa de soberania e que, envolve diretamente a exploração de recursos.

Utiliza-se, na metodologia, a pesquisa bibliográfica com aporto de documentos oficiais no sentido de ilustrar o estado da arte e o posicionamento dos países beligerantes (Argentina e Reino Unido) frente a disputa cuja contribuição pretende despertar a atenção da academia na complexidade que se encontra oculta da presente questão.

2. Impactos no reordenamento de poder

A ebulição na ordem mundial nos primórdios do século XXI foi marcada por eventos de grandeza econômica, política e social. No contexto do evento da pandemia da covid-19, os efeitos na escala geopolítica acentuaram a disputa de poder e o enfraquecimento até então hegemônico dos EUA e seus aliados no globo. Todavia, trata-se de processo em curso, curso estado da arte verificam-se confrontações que são revitalizadas e ganham escopo a partir do momento que incrementam apoio a demanda regional. Diante dos cenários regionais, o trabalho centraliza-se no Atlântico Sul, em particular no arquipélago Malvinas em que há disputa de soberania entre Argentina e Reino Unido.

A singularidade da vigência colonial no sul do continente americano, imposto pelo Reino Unido, é a demonstração de poder que os britânicos, em aliança com os EUA imprimiram até o início de sua derrocada. O processo histórico em marcha permite elaborar análises na qual a configuração do globo passará de unipolar para multipolar com destaque para a mudança do eixo de poder norte-atlântico para o Extremo Oriente asiático. Essa correlação importa ao debate regional pois as narrativas são diferentes e permitem abertura de janela de oportunidade no intuito de sustentar a permanência do colonialismo no mundo que se redesenha plural e com esferas de poder regionais que não enxergam ser possível esta forma de administração territorial.

O Atlântico Sul possui amplitudes econômicas ao qual desdobra reflexos políticos e militares no século XXI. A descoberta de riquezas de origem vegetal e recursos minerais notadamente após a década de 70 do século XX tem permanência direta com as crises do petróleo e sua importância para a economia global.

Para Booth (1989), a ampliação do conceito de territorialidade em áreas marítimas foi o estopim do conflito armado em 1982 pela soberania do arquipélago Malvinas. Entretanto, a motivação das nações repousava no controle da então viabilidade de extrair riquezas, que não eram inimigas e estavam conectadas ao lado ocidental, portanto, diverso do eixo capitalismo-socialismo, dominante até então. O autor ressalva a preponderância da envergadura econômica do debate ao comparar com a disposição política dos beligerantes, por isso, indica que " o acúmulo de tais incidentes, pequenos em si, demonstra a crescente importância dos sentimentos acerca da soberania sobre os oceanos" (BOOTH, 1989, p. 48).

Ao mesmo tempo, o controle das rotas comerciais no sul do continente ao permitir conexão interoceânica o que assevera relevância no contexto do comércio internacional cujo transporte alternativo aos canais artificiais que podem sofrer restrições de ordem política ou de fenômenos da natureza, como mostra os impactos das mudanças climáticas que, ao impor regimes de chuvas diferenciadas, altera sua profundidade restringido a navegabilidade, o que pode facilitar o encalhe de embarcações cujo impacto direto na circulação de bens afetaria a economia concorrendo com aumento da inflação e desemprego no planeta.

As divergências demonstradas pelos países mais desenvolvidos encobrem na verdade disputas por espaços e quais ganhos possíveis que estes podem representar. De toda ordem, os países periféricos, dentre estes os da América Latina, incluindo a Argentina precisam reordenar apoios de modo a proteger interesses internos e obter maior vantagem em sua exposição ante as demais nações. É cediço o incremento do governo de Pequim no que tange a crise econômica, o que tem elevado as relações institucionais entre as duas nações.

Dentro desse quadro, a troca de apoio recíproco as intenções argentinas no arquipélago Malvinas e no âmago chinês em retomar Taiwan mostram não só o questionamento ao colonialismo, no caso do Atlântico Sul, mas a impressão do discurso harmônico que conecta apoio importante na esfera latino-americana (CHINA, 2010). Pelo lado chinês, a existência de declaração conjunta com a Argentina realizada em Pequim em 13 de julho de 2010, em seu item 5, deixa claro o apoio na busca de solução negociada com o Reino Unido conforme preceitos já estabelecidos pelas Nações Unidas (CHINA, 2010).

Em sentido idêntico, a Rússia aduz sobre a necessidade de encontrar solução pacífica que possa concluir a questão soberana com base no indicado pela Assembleia Geral (RÚSSIA, 2014). Em ambas declarações o discurso é dado de forma linear, o que não se verifica em

relação as demais potências. A atitude por parte de Pequim e Moscou não está na mesma direção com a atitude dos EUA que, ao apoiar a conduta britânica nota-se que as duas maiores potências do globo se posicionam em esferas opostas, o que significa que a região pode se tornar pólo de disputa geopolítica nesse século.

Digno de nota que, em virtude do *Brexit* e a retirada do Reino Unido da União Europeia, os reflexos reproduzidos na contenda com a Argentina ganha novos contornos, de acordo com a declaração final na cúpula CELAC-EU 2023 que em seu item 13 expressa da seguinte maneira: “No que se refere à questão da soberania sobre as Ilhas Malvinas / Ilhas Falkland, a União Europeia tomou nota da posição histórica da CELAC baseada na importância do diálogo e do respeito pelo direito internacional na solução pacífica de controvérsias” (UE, 2023).

Uma análise aprofundada da presente questão tem como foco o controle geoestratégico da região. Para isso, o uso da geopolítica identifica interesses de defesa e segurança no entorno estratégico e o valor crescente como definição futura da exploração do continente gelado.

Sob a premissa de defesa e segurança nacional, a evolução demonstrada em documentos de segurança estratégicos britânicos a partir dos anos 80 do século XX mostra crescente preocupação com a governança dos recursos naturais vinculando a estes a irrestrita presença em territórios além-mar, como no caso do arquipélago Malvinas.

A arquitetura desenvolvida por Londres busca alijar países que possam confrontar domínios e, por isso, busca fomentar subsídios incompatíveis com a aplicação do direito internacional no que tange a erradicação do colonialismo e, para isso, conta com a parcimônia de organismos internacionais como a ONU cuja estrutura não se mostra capaz de enfrentar e resolver definitivamente a questão de soberania, por envolver interesses que estão além do território insular.

Apesar da questão estar na pauta no comitê especial de descolonização das Nações Unidas, reiterados documentos anuais produzidos pelo órgão paulatinamente indica a necessidade de negociação bilateral, o que é rechaçado pelo Reino Unido, que se utiliza de seu poder de veto ante o Conselho de Segurança como meio de bloquear diálogos e, ao não visibilizar o debate prejudica a governança local e acossa a tomada de decisão argentina em amealhar apoio global a seu favor, ao denunciar, com veemência, a aplicação colonial no arquipélago.

A forma como o Reino Unido direciona investimentos como estratégico para atingir seus objetivos no Atlântico Sul mostra como o uso desproporcional de forças e meios, notadamente, após o evento do conflito de 1982, traduzem o domínio até então incontestável na região. Porém, a dinâmica de balanço de poder, reestruturando as nações e, ao mesmo

tempo, requalificando o poderio demonstra que as respostas outrora eficazes perdem espaço com o ressurgimento de narrativas que precisam ser afloradas e questiona o equilíbrio que se mostra precário.

Por isso, o direito internacional ainda não se mostra apto em nortear o conflito no Atlântico Sul pois um dos lados utiliza-se de estrutura onusiana da qual conseguia invisibilizar a questão de soberania, não coadunando com a promoção da cultura de paz, posicionando de maneira primaz e unilateral de interesses geopolíticos e geoeconômicos.

A abordagem estrutural, portanto, permite afirmar que o Reino Unido utiliza de forma exaustiva sua condição de potência no cenário das nações para imprimir sua racionalidade decisória. Entretanto, a ascensão de países do núcleo periférico do globo (como a Rússia e a China) vão buscar espaços de influência, concorrendo diretamente pela integração segundo seus princípios. Para revitalizar o discurso, é fundamental questionar a prática interestatal dos EUA e Reino Unido no que diz respeito a forma do uso de poder e trocas desiguais de prerrogativas de soberania, o que impacta na redistribuição de recursos e seus valores e gerencia a descaracterização da identidade e cultura regionais. É o que ocorre com o arquipélago Malvinas desde 1833.

HMG (2021) alinha tendências no sentido de manter-se influente na esfera global preconizando o redesenho de poder em curso. Ao mostrar-se apto em majorar investimentos militares, referido documento expõe a característica singular que envolve a persuasão pela disponibilidade de meios para o uso da força. O enredo conta ainda com precauções em diversos cenários e quais capacidades tecnológicas e estratégicas podem ser utilizadas em caso de confronto.

A ameaça, portanto, está no radar das autoridades britânicas que buscam se precaver e antecipar aos diversos teatros de operação em potencial (HMG, 2021) que possam interferir na aplicação de sua política, o que justifica em fortalecer vínculos com países da Commonwealth e, de maneira recente coadunar estratégias militares com a Austrália e EUA, ao formar a iniciativa AUKUS com vistas a conter a aliança russo-chinesa que visa desagregar o poderio norte-atlântico vigente até então.

Recentemente Pequim e Moscou estabeleceram declarações conjuntas no sentido de estabelecer aliança sem limites, o que mostra o redesenho do poder global. Tal desiderato tem fundamento no êxodo do eixo econômico com vistas ao Oriente, assim como a estratégia militar com foco no mar do sul da China, por onde se concentra o transporte global, notadamente petróleo, que é sensível na composição energética das nações.

Tratam-se de movimentos que replicam nos demais cenários e, no caso em tela, auxiliam a aproximação de China e Rússia no contexto latino-americano, notadamente com investimentos em infraestrutura (como a nova rota da Seda chinesa), aproveitando-se do vácuo dos EUA na região.

O mesmo ocorre com a Rússia ao estabelecer maior dinamismo nas relações comerciais e aproximação política, o que culminou com o convite para a Argentina ser membro pleno do BRICS a partir de 01-01-2024, com a oportunidade de se fazer presente em mais um foro estratégico relevante e, assim, induzir dentro da agenda do órgão colegiado, suas demandas em face do colonialismo vigente que se mostra receptivo aos membros atuais.

3. O Atlântico Sul e sua relevância estratégica

A importância do espaço compreendido pelo Atlântico Sul tem como premissa formular e desenvolver políticas de integração entre as nações visando a cooperação regional e a governança das riquezas existentes nos respectivos espaços marítimos. No caso do presente trabalho, o foco é exposto no sul do continente americano, em particular na questão Malvinas e a disputa de soberania entre Argentina e Reino Unido e suas repercussões na agenda geoestratégica e como o atual processo de reordenamento global de poder afeta a presente questão.

Por um lado, é notório compreender a evolução do papel da região que vai além das rotas marítimas austrais e assume papel crescente ao observarmos a descoberta de riquezas e a atração de potências extrarregionais que tenham interesses opostos aos dos EUA e Reino Unidos, já permanentes na região.

Entretanto, é importante notar o distanciamento entre os dois principais atores da região: Brasil e Argentina. Na análise de Cervo e Bueno (2002), a ideia de cooperação bilateral foi consequência de eventos ocorridos entre os anos 70 e 80 do século XX, que permitiram normatizar o aproveitamento hídrico do rio da Prata, o que permitiu a construção da Usina de Itaipu, assim como o acordo nuclear com o compartilhamento de informações e visitas técnicas recíprocas, contribuindo para estabelecer racionalidade decisória ante o mundo competitivo.

Porém, Selcher (1985) assevera que o resultado do conflito armado em 1982 trouxe, de maneira geral, a percepção da necessidade da cooperação bilateral em consonância com os autores acima mencionados. Selcher (1985) aduz ainda que a premissa das forças armadas argentinas e a maneira de como gerenciou o cenário de crise mostrou ao Brasil a necessidade de se aproximar do vizinho e, com o retorno a democracia em ambas as nações no decorrer da década de 80, o discurso ganha impulso através da busca de visões geopolíticas

integracionistas, de cunho civil, com a promoção de desenvolvimento social e econômico, o que anteriormente se mostrava impraticável.

Por outro lado, a consolidação de pensamento do norte ocidental estava pautado diante da ameaça soviética, caracterizando o espaço regional como livre de tal influência. Para Doods (1994) esse fato justifica a invisibilidade da região que estava sob controle das potências ocidentais e, portanto, ausente no processo decisório global ao mesmo tempo que suas demandas não se apresentavam ao mundo pela invisibilidade de narrativas que não se encontravam para discussão igualitária com as nações desenvolvidas.

A inflexão na guinada estratégica no Atlântico Sul gira em torno da premissa da projeção futura de restrição de reservas de recursos naturais ao mesmo tempo que é dada publicidade a descoberta de ativos que remonta a atenção das potências extrarregionais, não só as que detém vínculos colonialistas na região como Reino Unido e França, mas de Rússia e China que buscam estabelecer políticas de contato e aproximação com a região.

Os espaços marítimos do Atlântico Sul e, consequentemente a Antártida representam dimensão importante na área de segurança cuja estratégia soberana tende a se fortalecer no atual cenário onde deter a primazia de administrar referidos espaços imprime necessidade de investimentos em conhecimento e tecnologia que cada vez se mostra como chave para o desenvolvimento econômico no século XXI.

Como bem assinala Bonetti (2022), a importância do espaço representado no Atlântico Sul não é recente, advém do pressuposto do controle das rotas austrais, o que tem substrato na geopolítica clássica marítima de Mahan, almirante dos EUA que, ao observar o desenvolvimento da *Royal Navy* e sua expansão além-mar forma a base de sua teoria que preconiza a importância das marinhas em dominar rotas de comunicação com o fito de assegurar o comércio e, assim, transferências de riquezas à metrópole colonial (MAHAN, 1987).

O cenário da Inglaterra no século XIX se mostrava propício para o expansionismo além-mar. Sua justificativa repousa no sucesso da condução da revolução industrial que, no seu auge, demandava mercados triangulando com estes matérias-primas e acesso a recursos minerais e do gênero alimentar. Como o território insular inglês é escasso para responder a demanda que desse suporte ao desenvolvimento do Império, Londres desenvolve políticas militares de permanência em territórios além-mar. É nesse sentido que advém a usurpação em 1833 do arquipélago Malvinas da qual sua singularidade ímpar faz com que até a presente data seja essencial ao conectar possessões e estabelecer contato entre as mesmas, através das intersecções das rotas marítimas.

É sob essa égide que se assenta a intervenção no Atlântico Sul. Entretanto, com o passar dos séculos elementos como a pesca e recursos minerais vão adicionar a ambição extrarregional no continente, o que justifica o incremento de militarização após o conflito de 1982 como meio de assegurar acesso a recursos importantes ao fomento da população e da circulação de bens e capital do país.

Em paralelo, ao observar o encadeamento dos documentos de segurança e estratégia britânicos, dentro do lapso temporal que envolve a década de 70 do século passado até o início do século XX denota-se que as possessões ultramar do Reino Unido no extremo sul do continente americano alcançam relevância elevando-se da inatividade para documento apartado em 2012 denominado *The Overseas Territories,* onde sustenta, no caso do arquipélago Malvinas que a segurança e sustentabilidade está acoplada a atuação de Londres, o que justificaria, segundo esse documento os investimentos militares no intuito de coibir tentativas de questionamento por parte de Buenos Aires.

A guinada no campo militar-estratégico britânico ocorrido na década de 80 do século passado, com os reflexos do conflito de 1982 foram objeto de deliberação nas casas legislativas do Reino Unido. Em apartada síntese, em abril de 1982, a gênese parlamentar salienta sobre a necessidade de defender interesses da coroa ao afirmar que os habitantes locais são britânicos e que sua participação é obrigatória para qualquer possibilidade de negociação com a Argentina.

Ao atestar a impossibilidade de criar e manter frotas navais robustas no entorno do arquipélago, a solução direcionada pela Câmara dos Comuns em abril de 1982 foi a de congelar ativos financeiros argentinos, bem como suspender empréstimos ao governo de Buenos Aires com intuito de asfixiar meios e restringir a duração do conflito. Na oportunidade, Margareth Thatcher, então primeira-ministra do Reino Unido salienta a conexão existente entre os ilhéus com a coroa e, por isso, a obrigação de defender o direito que acredita ser legítimo (UNITED KINGDOM, 1982), estando frontalmente oposto a aplicação do direito internacional.

Em destaque, na mesma sessão, sublinhamos o discurso exarado por Edward du Cann (Taunton) ao vincular a soberania do arquipélago a defesa de interesses futuros na Antártida e que, por isso, não haveria como discutir a presença britânica na região, pois a potencialidade de explorar riquezas à coroa britânica no entorno do território enseja a tradução de autossuficiência e honra da qual o Reino Unido não pode abrir mão (UNITED KINGDOM, 1982).

Entretanto, na Câmara dos Lordes, em 17 de janeiro de 1983, os desdobramentos do conflito, ocorrido em ano anterior, se encontravam no centro do debate político. Em especial, qual

rumo delinear para a estratégia a ser veiculada pelo Reino Unido e o seu papel no futuro.ao fortalecer elementos de dissuasão, a guinada proposta em incrementar investimentos militares ganha escopo ao mesmo tempo que sublinha a ameaça soviética que assombrava a Europa e que, eventual fracasso seria o estopim para outros povos reivindicarem territórios colonizados, rivalizando disputa de soberania com o Reino Unido (UNITED KINGDOM, 1983).

É nesse sentido, portanto, que reconhecer a fragilidade do poder marítimo britânico permite a ação argentina e que, retomar investimentos em defesa é a saída que vai restringir incursões às possessões britânicas além-mar. Com base nesse diagnóstico o debate na Câmara dos Lordes, assim como na Câmara dos Comuns indica a obrigatoriedade de revisão e direcionamento dos custos de segurança com o fito de proteger interesses nacionais, haja vista a preocupação com o poderio soviético, superior em número e qualidade bélicas, inclusive nuclear, em relação aos países da Europa Ocidental.

Devemos lembrar, como já foi mencionado acima, que a capacidade militar soviética, atualmente sob controle da Rússia, em grande parte, controla o armamento da antiga URSS, dissolvida em 1991 e sempre foi alvo da preocupação britânica, seja na época do conflito e que permanece até os dias atuais. No entanto, com a composição de Moscou cada vez mais próxima de Pequim faz com que se eleve o nível de atenção e a disputa pelos espaços seja acirrada no campo militar, econômico, político e social.

A derrocada dissuasória britânica, portanto, não foi capaz de evitar o conflito em 1982 e através de uma conjunção de força militar e aliança política garantiu a vitória, sem a qual não teria sido possível. Essa conclusão parcial no debate parlamentar nos anos seguintes foram traduzidos em escalar investimentos militares, além de afastar qualquer possibilidade de diálogo com a Argentina, preconizado pela ONU e desde então rechaçados por Londres.

Nesse interim, se faz importante avaliar a porcentagem destinada à defesa e segurança de Argentina e Reino Unido em relação ao seu produto interno bruto (PIB). Como referencial comparativo utilizamos o período de 2018-2022 para elucidar a evolução do investimento militar, conforme quadro abaixo

Investimentos militares em relação ao percentual do Produto Interno Bruto (PIB)

País	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Reino Unido	2,1	2,1	2,1	2,3	2,3	2,22
Argentina	0,9	0,7	0,7	0,7	0,6	0,4

Fonte: Adaptado de Statista (2023a) e Statista (2023b)

Desta feita, observa-se a diferença de gastos em relação ao PIB dos países nos últimos anos. Enquanto o Reino Unido ostenta para si a razão de ser potência global em uma era

competitiva, o que precisa atuar em cenários múltiplos do globo (HER MAJESTY´S GOVERNMENT, 2021), o mesmo não ocorre com a Argentina, que está adstrita no entorno regional e não possui as mesmas características dos britânicos.

Entretanto, os números apresentados em Statista (2023b) alertam para a necessidade de modificação em investimentos militares, visto que nos últimos anos não consegue ultrapassar a barreira de 1% do PIB anual, o que contrasta com outros países que majoram seus investimentos e, assim, salvaguardam seus interesses.

No tocante ao Reino Unido, a análise histórica dos mesmos números também chama a atenção, pois o auge de investimentos em relação ao PIB, segundo Statista (2023a) foi detectado nos anos de 1982 (4,8%), 1983 (5,4%) e 1984 (5,5%), sendo esse último o maior percentual, no recorte histórico pós-conflito de 1982. Os números por si possuem significado direto, no caso dos britânicos, com o apoio nas casas legislativas e da atuação de Thatcher que, de maneira decisiva reorientou a doutrina britânica de segurança e defesa com apoio da campanha de 1982. Para isso, faz valer a necessidade de apoio em órgãos como a OTAN e mais recentemente a iniciativa AUKUS cujo compartilhamento de ideais visam combates as novas ameaças tendo em vista o mundo multipolar, mas também como apoio recíproco na manutenção de seus domínios.

Guarda razão, portanto, a discussão apresentada por Bonetti (2022) ao sublinhar os interesses britânicos não só em prover desenvolvimento econômico, mas também controlar reservas (ou suas expectativas) em caso de escassez global e, de quebra, justificar no futuro primazia nos destinos do continente gelado, haja vista o recente interesse de nações que trilham por esse caminho, porém, sem base consolidada de apoio logístico, imperativo para lograr êxito na demanda.

Entretanto, Castro (1994) relembra que a passagem interoceânica no sul do continente americano a premissa militar e a zona de projeção possuem “papel geoestratégico entre o Atlântico e o Pacífico, o Mundo Ocidental se encontra ainda ameaçado em suas estruturas pelos desentendimentos Chile-Argentina-Inglaterra nos setores subantártico e na Antártida” (CASTRO, 1994, p. 344).

Sobrepondo-se as lições de Castro (1994) e Bonetti (2022) há de se notar a relevância central do arquipélago Malvinas no manejo de rotas navais, comércio e riquezas o que, do ponto de vista britânico leva a OTAN a constituir um verdadeiro enclave no hemisfério sul, distante fisicamente do significado estampado em sua sigla, mas incorporado na acepção de segurança e defesa, o que é rechaçado pela Argentina e corrosivo a integração regional.

Beyhaut (1985) ressalta que a ação inglesa no tocante ao arquipélago Malvinas possui fundamento econômico, o que traduziu em tomar para si a coroa britânica, com uso militar, mesmo com os protestos argentinos desde 1833. Isso é reflexo, segundo os autores do predomínio europeu do mercado global no século XIX, notadamente britânico que, ao utilizar de elementos navais em estreita parceria com a necessidade de meios disponíveis em outros continentes é a mola propulsora da atuação intervencionista e colonial necessária para conectar domínios na África e Ásia pelas ilhas e arquipélago nos Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico.

Trata-se, portanto, de posição estratégica que a área amealha para si e objeto de cobiça das nações mais poderosas. O controle, portanto, perpassa por demonstrar força e poder, já que imprime imagem de superioridade ante outras nações. Ao mesmo tempo que conecta rotas navais como elemento base de sustentação das colônias britânicas além-mar que, mesmo com a descolonização ocorrida pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a relevância do arquipélago vai ser redirecionada para Antártida e a navegação austral.

Em suma, o atual processo de reorientação de poder global e o questionamento ao colonialismo na região atingem o elo central do domínio britânico. A peça chave da coroa, se perdida, provoca o desmonte de estratégia secular e enfraquece ainda mais o Reino Unido no seio das potências globais. A partir desta análise é que se deve acoplar os investimentos britânicos na região e sua reiterada negativa em retomar as negociações com a Argentina conforme disposto pela Assembleia Geral das Nações Unidas cujo efeito ainda é mostra concreto na disputa de soberana e dos destinos da região.

É nesse sentido que complementa o trabalho de Carvalho (2021) em enumerar as causas que levam o Reino Unido a distanciar relações comerciais do arquipélago com os países da América Latina, em especial a Argentina no intuito de criar narrativas coloniais e, assim, pulverizar no imaginário coletivo dos habitantes locais a desnecessidade de integração, afastando propositadamente os países da região. Ao ilustrar o balance comercial do arquipélago se mostra nítida a vinculação com o Reino Unido e os países da União Europeia.

Porém, adverte-se que, com o processo do *Brexit* haverá novos contornos, pois, as benesses concedidas desaparecem, o que leva as autoridades locais a buscar parceiros, o que leva abertura de janela de oportunidade aos países da América Latina. A invisibilidade do comércio intrarregional que os britânicos promovem com o arquipélago e a América Latina afasta conexão de culturas e redirecionam, de forma artificial, as potencialidades da região que, por via de mão única, atendem aos interesses da metrópole ao invés de compartilhar com a América Latina.

Nas lições de Furtado (1976), por sua vez podemos dessumir que um dos obstáculos da integração do arquipélago com a América Latina advém da institucionalização, por parte do Reino Unido, em imprimir personalidade britânica comum à metrópole, o que é pontualmente oposto a angariar consciência regional aos habitantes locais.

A usurpação no transplante da população, na tentativa de criar vínculos artificiais é prova suficiente por si

Sustenta-se, desse modo, aclarar que a disputa soberana é regida pelo princípio da integridade territorial dos Estados em contraposição ao princípio da autodeterminação. Isso se deve ao fato do território da população originária ser substituída paulatinamente após ser usurpada pelos britânicos, o que lhes resta protestar por tais títulos soberanos. Esse é o motivo das Nações Unidas não promoverem instrumentos de consulta popular, haja vista a ausência de titularidade originária que verse sobre a questão. De forma derivada, se assim fosse concedida, estaríamos diante do poder do uso da força que, pelo tempo, desvirtuaria culturas e propagaria conflitos violentos e convalidaria esbulho de território.

4. Considerações Finais

A manutenção do colonialismo representa regressão civilizacional ao mesmo tempo que não contribui para a governança adequada dos recursos da região e provoca crises perenes corroendo noções fronteiriças e enfraquecendo processos naturais de integração regional.

Da mesma forma, o movimento de reordenamento de poder causa impactos que além da disputa global também traz consequências nas localidades mais afastadas das potências. Ainda que seja verificado a distância física do Atlântico Sul em detrimento do certame de nações que compõem a disputa de poder, a atração logística e de riquezas se torna interessante tendo em vista o cenário na qual os países buscam subsídios seguros para alicerçar seus projetos de poder.

A pretensão do reordenamento global de poder indica a assunção de posicionamentos sobre questões paralisadas devido a pressão de países que utilizam de persuasão política ao invisibilizar narrativas e colocar no cerne do debate questões de importância global.

O caso em tela mostra como o Reino Unido utilizou durante décadas a negativa de negociar com a Argentina a soberania do arquipélago e, no momento na qual o reposicionamento de China e Rússia rechaçam a manutenção do colonialismo no Atlântico Sul denota-se que a estratégia para o Atlântico Sul ganha escopo por confrontar interesses sedimentados.

Portanto, o apoio que nutrem a causa argentina é reflexo que questiona não só a presença britânica irregular como também a forma de gerenciamento dos recursos naturais.

É necessário compreender que diante do cenário de mudança global, o impacto produzido por nações que buscam conquistar espaço é a tradução para a Argentina avançar com o pleito soberano, denunciando ao globo a forma como seu território está sendo usurpado, pois veda o acesso integral a totalidade de seu território e, enxerga potências extrarregionais dificultarem a integração regional.

Por outro lado, a pressão britânica faz com que o debate no seio das Nações Unidas permaneça inerte pois lhe interessa sob o ponto de vista colonial. Trata-se, a grosso modo, de foro incapaz de solucionar a questão, uma vez que a diplomacia não logra êxito em sensibilizar Londres a negociar, pois exige a participação dos ilhéus e este fato não encontra concordância no governo em Buenos Aires.

De toda sorte, os movimentos atuais que constroem a forma de governança global, reordenando o poder tem como foco, para a Argentina, a possibilidade de abrir espaços nos foros internacionais com o intuito de despertar narrativa que se encontra encoberta pelo Reino Unido. Espera-se, portanto, que tais movimentos possam acossar a comunidade internacional a compreender a agressão colonial estabelecida e, portanto, exigir alterações substanciais que não podem ser mais toleradas no século XXI.

Portanto, o estado da arte que envolve o Atlântico Sul é de enredo complexo, pois aglutina interesses não convergentes e, adicionando a disputa futura pela Antártida proporciona expansão de fronteira cujo debate soberano ganhará novos contornos e, nesse quesito, todo apoio que seja contrário ao colonialismo perpetrado na região deve ser exposto para evitar a permanência do regresso civilizacional que se encontra em marcha.

Por todo exposto, a construção de novas arquiteturas de cunho político-militar indicam o recrudescimento que o mundo irá operar nas próximas décadas. Por isso, em processos de reordenamento de poder cuja incerteza de formação dos pólos de atração leva ao aumento de escala conflitiva por espaços e alianças. No caso em tela, sugere-se a atenção na governança dos recursos naturais e na destinação à população originária, o que não tem sido concretizado. É no fundo o pleito soberano argentino que merece razão e exposição nos diversos foros regionais e internacionais como forma de compelir os efeitos negativos coloniais impostos e ainda não superados na região.

Referências Bibliográficas

Beyhaut, H E Beyhaut, G. (1985) América Latina. III. De la independência a la segunda guerra mundial. Historia mundial Siglo XXI. Vol 23. Cuidad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores.

Booth, K. (1989). Aplicação da lei, da força & Diplomacia no mar. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha.

Bonetti (2023). Reflexiones em torno a Malvinas y la economia post *Brexit.* In: Malvinas 40 años: aportos económicos sobre el Atlántico Sur. 219-246. Buenos Aires: Manuel Belgrano Ediciones.

Carvalho, R. N. (2021). A base espacial Chinesa em Neuquén, Argentina. Brazilian Journal of Latin American Studies, 20(39), 391-413. https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.175034.

Castro, T (1999). Geopolítica, princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.

Cervo, A. L E Bueno, C. (2002). História da política exterior do Brasil. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

China. (2010) (Ministério das Relações Exteriores). Declaración Conjunta entre la República Popular China y la República Argentina. Beijing, 13 julho 2010. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjb/zzjg/ldmzs/gjlb/3453/3454/t717906.shtml. Acesso em: 01 out 2023.

Dodds, K (2021). The Polar Regions in the Integrated Review. Britain's World. 19 de abril de 2021. Disponível em: < https://www.geostrategy.org.uk/britains-world/the-polar-regions-in-the-integrated-review/>. Acesso em: 27 abr 2023.

Furtado, C. (1976). A economia latino-americana. São Paulo: Editora Nacional.

Her Majesty´s Government (2021). Global Britain in a competitive age. London: Her Majesty's Stationery Office, 2021.

Mahan, A. T (1987). The influence of sea power upon history 1660-1783. New York: Dover Publication.

Statista (2023a). Defense expenditure as a share of GDP in the United Kingdom from 1980 to 2021. (2023a). Disponível em: https://www.statista.com/statistics/298527/defense-spending-as-share-of-gdp-united-kingdom-uk/. Acesso em: 25 Set 2023.

_____ (2023b). Military expenditure as percentage of Gross Domestic Product (GDP) in Argentina from 2007 to 2022. (2023b). Disponível em: https://www.statista.com/statistics/795326/military-expenditure-share-gdp-argentina/. Acesso em: 25 Set 2023.

Selcher, W. A. (1985). Brazilian-Argentine Relations in the 1980s: From Wary Rivalry to Friendly Competition. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 27(2), 25–53. https://doi.org/10.2307/165717.

Rusia. (2014). Ministerio de Asuntos Exteriores de la Federación de Rusia. Intervención y respuestas del Ministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Serguéi Lavrov, a los medios de comunicación durante la conferencia de prensa conjunta sobre los resultados de las conversaciones con el Ministro de Asuntos Exteriores y Culto de la República Argentina, Héctor Timerman, Moscú, 28 de mayo de 2014. Disponível em: https://mid.ru/es/maps/ar/1602688/. Acesso em: 30 set 2023.

União Europeia. (2023). Conselho da União Europeia. Secretariado-Geral do Conselho. Declaração da Cimeira UE-CELAC 2023. Bruxelas, 18 de julho de 2023. Disponível em: https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-12000-2023-INIT/pt/pdf. Acesso em: 28 Ago 2023.

United Kingdom (1982). Parliament. House of Commons Hansard. [Parliamentary Debates]. Falklands Islands. London: Commons Sitting, 3 Apr. 1982. Disponível em: https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1982/apr/03/falkland-islands. Acesso em: 01 out 2023.

United Kingdom (1983). Parliament. House of Lords. Hansard [Parliamentary Debates]:. The Falklands Campaign: the lessons (Cmnd 8758). London: Lords Sitting. 17 jan. 1983. Disponível em: https://hansard.parliament.uk/lords/1983-01-17/debates/fa44e08d-b6fd-4ef6-a16c-d0d394276d8a/TheFalklandsCampaignTheLessons. Acesso em: 01 out 2023.